

## **Da dádiva à hospitalidade privada: o caso das famílias rurais de Carmo (RJ) e o seu acesso ao turismo**

*From the gift to the private hospitality : the case of rural households of Carmo (RJ, Brazil) and their access to tourism*

**Dan Gabriel D'Onofre, Marcelino de Souza**

### **RESUMO**

O turismo no espaço rural é cada vez mais um direito reivindicado pelos cidadãos. Todavia, pouca atenção é dada às famílias rurais que têm tido acesso ao turismo em seus momentos de lazer, a romper com a hegemonia de que apenas famílias urbanas usufruem o lazer turístico. Assim, este artigo almeja elucidar como tal fenômeno se sucede no município de Carmo, na Serra Fluminense. Para tal, fez-se um estudo de caso que prioriza a abordagem qualitativa. Requisitaram-se dados secundários multidisciplinares, além de entrevistas com as famílias rurais para a obtenção de dados primários sobre os hábitos de viagens e de hospitalidade. Como resultado, tencionase revelar como a teoria da hospitalidade privada se relaciona com a dádiva, a demonstrar que as famílias rurais não são apenas anfitriãs, mas também hóspedes enquanto reivindicam o acesso ao lazer turístico. Dessa maneira, a oposição à troca mercantil elenca a dádiva como um sustentáculo que propicia análises diversas sobre as prestações simbólicas e recíprocas presentes na hospitalidade privada, cerne desse trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dádiva; Hospitalidade; Turismo e Família Rural.

### **ABSTRACT**

Tourism in rural areas is increasingly a right claimed by the townspeople. However, little attention is given to rural families who have had access to tourism in their leisure time, breaking the hegemony of urban families just enjoy the tourism leisure. Thus, this article aims to explain how this phenomenon happens in the rural municipality of Carmo, in the Mountain of Rio de Janeiro State, Brazil. To this end, it was a case study that emphasizes the qualitative approach. Multidisciplinary secondary data were requested and interviews with rural households to obtain primary data on the habits of travel and hospitality. As a result, it is intended to demonstrate how the theory of private hospitality relates to the gift, show that rural households are not only host, but also guests while demanding access to tourism leisure. Thus, opposition to the market exchange lists gift as a fulcrum that provides analysis about the various benefits and symbolic reciprocal hospitality gifts in private, the core of this work.

**KEYWORDS:** Gift; Hospitality; Tourism and Rural Family.

## **Introdução**

Com a finalidade de emergir novos olhares dentro dos estudos turísticos, o presente artigo se debruça em temas marginais dentro da academia, como a relação da hospitalidade privada e as famílias rurais que acessam a prática turística. A busca por um viés social e cultural exige uma postura de crítica baseada no retorno a teorias que auxiliam a compreensão de fenômenos que não desfrutam de privilégios dentro do modelo capitalista. Não se tenciona aqui romper com quaisquer elementos que sustentam a busca pela inserção do turismo como uma alternativa (que muitas vezes já possui uma relevante prioridade econômica). Todavia, com este trabalho se almeja retirar do plano subalterno um fenômeno que cada vez mais chama atenção: o acesso de famílias rurais ao turismo.

Com o suporte da teoria da dádiva de Marcel Mauss (2003 [1923-24]) e de críticas vindas de outros estudiosos, é proposto um diálogo deste artigo com as teorias sobre a hospitalidade, tema corrente nos estudos turísticos e antropológicos. A seleção desse viés teórico, conjuntamente com uma abordagem qualitativa e com o aporte de dados secundários multidisciplinares, aplica-se em função da necessidade de demonstrar que não são apenas as relações de mercado que influenciam no acesso ao turismo por famílias rurais.

A presente publicação deriva dos resultados do trabalho de campo realizado entre dezembro de 2011 a fevereiro de 2012 no município fluminense de Carmo, a qual está contida na dissertação “Hospitalidade de famílias rurais da Serra Fluminense: olhares de anfitriões”, defendida em janeiro de 2013 junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Realizou-se coleta de dados descritiva com o auxílio de gravadores de áudio, máquina fotográfica, e um diário de campo, cujo enfoque foi descrever sobre o que aconteceu ou acontece quando as famílias rurais se portam enquanto anfitriãs.

Através da pesquisa de campo, colheram-se informações sobre os motivos que levam as famílias rurais serranas fluminenses a ofertar atividades de lazer, hospitalidade e turismo em suas propriedades. A estratégia adotada para o procedimento de coleta de dados se baseou na minha experiência enquanto pesquisador e frequentador da região. Para tanto, a época do ano escolhida para a pesquisa foi planejada. Deduzira e comprovava-se que nos feriados de final de ano, bem como nas férias escolares de janeiro e fevereiro, as famílias rurais carmenses ao não se dedicarem à comercialização de serviços turísticos, tendem a estar mais propensas a praticar a hospitalidade aos seus círculos sociais, haja visto que os recessos de fim de ano, o acesso ao transporte e a predisposição em acolher e ser acolhido forma o fenômeno da hospitalidade doméstica.

O critério para a seleção dos grupos de amostra foi o fato de essas famílias possuírem propriedades onde moram e/ou trabalham fora do perímetro urbano do município de Carmo. Como não foi possível analisar o universo de famílias rurais car-

menses, a amostra para a realização dessa pesquisa teve caráter não probabilístico visto que a análise da hospitalidade no espaço em questão não se preocupa tanto em fazer generalizações, mas demonstrar a pluralidade presente nos atos de recepcionar, hospedar, alimentar e entreter no domínio doméstico.

Em campo, foi possível realizar 13 entrevistas em propriedades rurais de Carmo. Em seis dessas entrevistas houve mais de uma pessoa a responder os questionários, visto que a unidade de análise é a família rural e as práticas de hospitalidade são desenvolvidas por todos os integrantes das famílias. As informações não orais, como os gestos, as ações, as cenas, foram catalogadas no diário de campo. Com o auxílio da máquina de fotografar, captaram-se imagens das paisagens e atividades diversas que incidem à hospitalidade na região. Como condição acatada pela maioria dos entrevistados, não foram expostos os relatos na forma direta, visto que se mantêm as identidades em sigilo e preserva a intimidade e singularidade dos interlocutores. O critério para a finalização da coleta de dados foi a constatação de repetição das informações referentes às práticas de hospitalidade, onde não se notaram maiores distinções entre as famílias entrevistadas.

Após a leitura das transcrições, bem como das informações contidas no diário de campo e as fotografias, iniciou-se o processo de organização desses dados. A manipulação dos dados fora feita através da *codificação* (DENCKER, 2000) que consome cerca de seis meses. Os dados codificados foram agrupados em quadros referentes a cada tempo e espaço da hospitalidade, com a utilização do programa *Microsoft Office Word 2007*, onde se recortaram as informações transcritas.

Em concordância com os procedimentos metodológicos, a intencionalidade da obra é romper com a ideia unilateralista que visualiza apenas o espaço rural enquanto receptáculo de visitantes; bem como seus moradores, anfitriões. Destarte, o aporte do sistema de prestações totais de Mauss encaixa-se com a perspectiva baseada na retribuição da hospitalidade privada ou doméstica, a qual proporciona relações de reciprocidade entre citadinos e rurais que abrem seus lares entre si. Conseqüentemente, será possível constatar que após acolher citadinos em suas residências, muitas famílias rurais carmenses que não poderiam arcar com despesas de serviços de hospedagem tiveram acesso à prática do turismo, principalmente em cidades sudestinas de médio e grande porte.

A primeira parte do artigo consiste numa revisão bibliográfica. Ali, num primeiro momento são apresentadas algumas considerações teóricas que envolvem a teoria da dádiva de Marcel Mauss e algumas críticas de outros autores. Em seguida, faz-se um apanhado sobre as reflexões que se centram na hospitalidade, relacionando-o com as referências sobre a dádiva maussiana. Adiante, recorre-se a análises filosóficas sobre a distinção entre um bom hospedeiro e uma pessoa hospitaleira. Na segunda parte do artigo, realiza-se uma sucinta descrição sobre o universo empírico e a divulgação dos dados referentes à pesquisa supracitada. Por fim, demonstra-se a conclusão pelo advento do acesso das famílias rurais ao turismo pela inversão de papéis na hospitalidade.

## A dádiva e a questão da reciprocidade

O antropólogo francês Marcel Mauss (1872 – 1950) tornou-se célebre ao se dedicar aos estudos sobre a dádiva. Após pesquisar as práticas das sociedades polinésias, Mauss publicara “Ensaio sobre a dádiva” (2003 [1923-24]). Nessa obra, Mauss procurara encontrar a origem da troca, sendo um dos seus achados a conclusão de que a dádiva se opõe à troca mercantil. Vale ressaltar que a distinção entre tais instâncias provocou uma espécie de desconforto ao autor em utilizar a palavra troca, cuja conotação está demasiadamente associada aos conceitos ocidentais de relação mercantil. Destarte, Mauss se valera dos conceitos que as sociedades por ele estudadas davam a tais práticas, como o *mana* polinésio.

Inicialmente, Mauss revela a existência de práticas sociais que ele denomina como “tríplice obrigação”, a qual se sustenta nas ações de dar, receber e retribuir. Segundo o autor, essa tríplice obrigação fortifica o “sistema de prestações totais”. Tal sistema não envolve apenas a obrigação de retribuir os presentes recebidos, “[...] *mas supõe duas outras [práticas] igualmente importantes: a obrigação de dar, de um lado, obrigação de receber, de outro*” (MAUSS, 2003, p. 201). Nesse sistema, não somente bens e riquezas são “trocados”, mas também,

[...] amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, [...], danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos um dos termos de um contrato bem mais original e bem mais permanente (MAUSS, 2003, p. 191).

Por intermédio dessas estruturas de permuta evidenciadas, Mauss também reitera que essa relação de dádiva não se restringe a uma relação entre indivíduos, sendo geralmente coletividades que seguem a prática das prestações recíprocas. São grupos que efetuam uma série de reciprocidades, as quais são fundamentadas numa espécie de manutenção de laços espirituais entre os envolvidos, conforme revelado pelo autor,

[...] há uma série de direitos e deveres de consumir e de retribuir, correspondendo a direitos e deveres simétricos e contrários [que] deixa de parecer contraditórios se pensarmos que há, antes de tudo, mistura de vínculos espirituais entre as coisas, que de certo modo são alma, e os indivíduos e grupos que se tratam de certo modo como coisas (MAUSS, 2003, p. 202).

Nas análises de Mauss, é compreensível que não haja a distinção entre coisa e alma, matéria e espírito... Nessa profusão de material e imaterialidades, busca-se prestígio, qualidade que inibe a redução do sistema de prestações totais a uma mera troca comercial. Segundo Sabourin em sua análise sobre “Ensaio...”, o autor conclui

que “[...] *dar não é mais oferecer algo de si, mas adquirir esse ‘si’*” (SABOURIN, 2008, p.133). Dessa maneira, é possível conceber que “[...] *o prestígio nasce da dádiva e relaciona-se àquele que toma a iniciativa: ao doador, para constituir seu próprio nome, sua fama, o valor de ‘renome’*” (SABOURIN, 2008, p.133).

Esses pormenores que envolvem aspectos subjetivos e espirituais são os elementos que fortalecem a diferenciação das prestações recíprocas das trocas comerciais, as quais são motivadas pelo interesse próprio. O desapego ao bem estar do outro, assim como o estabelecimento de uma lógica baseada na acumulação são as prerrogativas que fomentam o sistema capitalista, hegemônico para a sociedade ocidental, a qual adquiriu a capacidade de desvincular os aspectos materiais e espirituais como nenhuma outra sociedade o fez. Apesar de Mauss não ter teorizado sobre a reciprocidade, sua contribuição em “Ensaio sobre a dádiva” permite uma série de reflexões fundamentadas no sistema de prestações totais. É com essa perspectiva que em seguida se pretende relacioná-lo com as teorias da hospitalidade.

### **A hospitalidade e sua relação com a teoria da dádiva**

O termo hospitalidade tem raízes históricas que se iniciam no século XIII. Segundo Grinover (2002), a etimologia da palavra tem origem latina *hospitalitas*, essa mesma derivada de *hospitalis*. O autor também revela que a hospitalidade possui intrínseco elo com hospício, casa de repouso para viajantes e peregrinos durante o Medievo (GRINOVER, 2002). Entretanto, por mais que a hospitalidade tenha suas raízes etimológicas medievais, verificar-se-á que o fenômeno tem origens mais longínquas.

A expressão hospitalidade está segundo Lashley (2004), atrelada aos serviços de oferta de alimentos, bebidas e acomodação, sendo essas instâncias caracterizadas pelo autor como a “trindade” da hospitalidade. Camargo complementa tal visão com a inserção do entretenimento à trindade. Segundo Camargo (2003, p. 16), “[...] *receber pessoas implica entretê-las de alguma forma*”, sendo essa uma característica baseada na expansão dos hábitos de hospitalidade enquanto lazer. Por mais que a trindade de Lashley pareça o bastante para definir a hospitalidade, o senso comum tende a associar, principalmente em festejos, os hábitos que envolvem a alimentação e a acolhida às músicas, danças e outros aparatos lúdicos que simbolizam a transgressão ao cotidiano.

Enquanto tema incipiente na academia, a hospitalidade tem preponderância nos estudos antropológicos e turísticos, sobretudo. Tal fenômeno emana do ato de dar e receber (SELWYN, 2004), o qual “[...] *envolve, originalmente, mutualidade e troca e, por meio dessas, sentimentos de altruísmo e beneficência*” (LASHLEY, 2004, p. 04). Essas assertivas coadunam com as prestações totais de Mauss. Dessa forma, a partilha da hospitalidade cria laços simbólicos e vínculos entre as pessoas envolvidas, sendo sua finalidade a inversão dos papéis, quando anfitrião se tornará hóspede e vice e versa. Vale pontuar que Lashley conclui que a hospitalidade privada “[...] *é um relacionamento baseado nas obrigações mútuas e, em última análise, na reciprocida-*

de. *[Pois] o hóspede torna-se o hospedeiro em outra ocasião*” (LASHLEY, 2004, p. 15).

Os aspectos da oferta da hospitalidade foram divididos por Lashley em três domínios (social, privado e comercial), os quais permitem a análise das atividades relacionadas em cada um desses. Sobre esses domínios, Lashley afirma que podem assumir uma configuração independente, assim como apresentar caráter de sobreposição. Para o autor

O domínio social da hospitalidade considera os cenários sociais em que a hospitalidade e os atos ligados à condição de hospitalidade ocorrem junto com os impactos de forças sociais sobre a produção e o consumo de alimentos, bebidas e acomodação. O domínio privado considera o âmbito das questões associadas à oferta da ‘trindade’ no lar, assim como leva em consideração o impacto do relacionamento entre anfitrião e hóspede. O domínio comercial diz respeito à oferta de hospitalidade enquanto atividade econômica e inclui as atividades dos setores tanto privado quanto público (LASHLEY, 2004, p. 05 - 06).

No espaço rural, é possível vislumbrar tal cenário visto que a concessão da hospitalidade vai desde a sua forma privada à comercialização, apesar de apresentar distinções quando comparada à hospitalidade comercial urbana. Nos estudos turísticos, principalmente os que apresentam um viés estritamente mercadológico, tende-se a priorizar o caráter comercial da hospitalidade e seu impacto social, à revelia dos fenômenos que a hospitalidade privada apresenta.

Em sociedades camponesas, como as rurais da América Latina, *“[...] a hospitalidade e o dever em acolher tanto os vizinhos como os forasteiros representam um maior imperativo moral”* (LASHLEY, 2004, p.07). Lashley pontua ainda que nessas sociedades, qualquer falha em agir de modo adequado nessa relação anfitrião-hóspede é tratada como condenação social, pois

*[...] o dever de proporcionar hospitalidade, de atuar com generosidade enquanto anfitrião e proteger os visitantes era mais do que uma questão deixada ao gosto dos indivíduos. As crenças a respeito da hospitalidade e as obrigações em relação aos outros estavam fixadas em ideias e visões sobre a natureza da sociedade e a ordem natural das coisas* (LASHLEY, 2004, p. 07).

O domínio da hospitalidade privada apresenta ainda uma característica essencial: a família nuclear enquanto anfitriã. Segundo Lashley, *“[...] a família nuclear introduz os indivíduos em regras, rituais, normas e costumes que modelam as atividades de hospitalidade no cenário social”* (2004, p. 14). Esse fato coaduna com a perspectiva maussiana na qual as relações recíprocas não são apenas desempenhadas por

indivíduos, mas também por grupos, como as famílias. Por mais que a oferta de alimentos, bebidas e acomodação venha a representar atos de amizade, sabe-se que nessa modalidade de hospitalidade, o anfitrião (ou a família anfitriã no caso rural) possui um status de controle sobre as práticas que são concernentes aos hóspedes. Selwyn chega a determinar que

Os atos relacionados à hospitalidade servem como um modo de articular as estruturas sociais. Esses atos proporcionam os meios simbólicos para permitir que as pessoas deixem os grupos sociais e também se juntem a eles, e para que as estruturas hierárquicas sejam, ao mesmo tempo, firmadas e legitimadas (SELWYN, 2004, p. 36).

A comercialização da hospitalidade rural, bem imaterial que envolve os serviços de alimentação, recepção, hospedagem e entretenimento, presta-se como um dos fatores principais para a criação de um mercado turístico, visto que a inexistência de estruturas que proporcionem tais serviços impossibilitaria a permanência de qualquer pessoa no espaço almejado para seu lazer. Lashley revela que “[...] *a oferta comercial da hospitalidade ocorre na maioria das sociedades ocidentais num contexto em que esta não ocupa posição central no sistema de valores*” (2004, p. 17). O autor conclui que

[...] o relacionamento movido comercial e mercadologicamente, que permite ao cliente uma liberdade de ação que o indivíduo não poderia sonhar em demandar num ambiente doméstico, é um dos benefícios asseverados pela ‘indústria da hospitalidade’ (LASHLEY, 2004, p.17).

Todavia os benefícios que a “indústria da hospitalidade” confere aos seus consumidores eximem-nos tanto de arcar com a troca de papéis sugerida por Lashley, quanto a “regra da reciprocidade” (MAUSS, 2003). Ao pagar pela acomodação, a relação comercial isenta o hóspede de quaisquer obrigações mútuas em relação ao seu anfitrião, com exceção do pagamento da conta pelos serviços usufruídos. Por mais que haja uma espécie de afeição entre os atores em questão, culminando num possível convite por parte do hóspede ao seu anfitrião comercial, não se compara com as relações praticadas entre tais no domínio doméstico.

Quando comparada com a comercial, a hospitalidade privada permite uma maior interatividade de reciprocidades entre hóspedes e anfitriões. Em sua análise sobre a reciprocidade, Sabourin (2011) destaca importantes elementos teóricos que subsidiaram outros olhares sobre o fenômeno em tela. Inicialmente, o autor destaca que “[...] *o princípio da reciprocidade não se limita a uma relação de dívida/contra-dívida entre pares ou grupos sociais simétricos*” (2011, p. 30). Ou seja, no caso das sociedades rurais, as relações não necessariamente se detêm às famílias rurais, sendo possível constatar-las entre outros indivíduos ou grupos. O autor também pontua que

Do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, portanto, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, mas um princípio econômico oposto ao da troca ou mesmo antagonista da troca (SABOURIN, 2011, p. 30).

O antagonismo reivindicado por Sabourin se baseia na perspectiva maussiana, a qual não equaliza a reciprocidade enquanto uma simples troca comercial. No domínio doméstico, a hospitalidade concedida a familiares e amigos também se baseia em tais preceitos. É nesse momento que se evidencia a confluência entre a dádiva e a hospitalidade privada, cujos resultados permitem uma aplicação empírica ao analisar as práticas recíprocas de viagens no município fluminense de Carmo.

Ser uma pessoa hospitaleira é possuir o caráter da hospitabilidade (TELFER, 2004). Para Telfer, a hospitalidade está associada à satisfação de uma necessidade, sendo o recebimento de convidados ligado à concessão de prazer (*idem*) e a busca de prestígio. Se a reciprocidade corresponde à preocupação pelo outro, torna-se compreensível a motivação implícita que move as famílias rurais a acolherem seus parentes e os amigos destes últimos. Para Sabourin “[...] *tal preocupação torna-se, portanto, hospitalidade, dádiva de alimentos e víveres, proteção [...]*” (2008, p. 135).

Entretanto, há de se chamar atenção para a confusão costumeira entre ser hospitaleiro e ser hospedeiro. Para Telfer, um bom hospedeiro possui a capacidade de deixar seus hóspedes felizes enquanto estiverem sob sua atenção, ou seja, “[...] *os bons hospedeiros são bons pelo fato de deixarem seus hóspedes felizes*” (TELFER, 2004, p. 56). Já uma pessoa hospitaleira “[...] *é alguém que proporciona hospitalidade com frequência, atenciosamente e com motivos apropriados relativos à hospitalidade*” (TELFER, 2004, p. 57).

### **A hospitabilidade e o bom hospedeiro**

Será que ser um bom hospedeiro é ser hospitaleiro? E o fato de ser hospitaleiro, significa também que se é bom hospedeiro? Teoricamente, não. Telfer salienta que

[...] ser um bom hospedeiro não é o suficiente para ser hospitaleiro caso se descubra que [o anfitrião] tenha um motivo oculto para ser tão atencioso, que ele não tinha nenhuma vontade de agradar aos convidados ou nenhuma crença no compromisso de fazer isso (TELFER, 2004, p. 57).

Assim, a frequência em conceder a hospitalidade determina o quão hospitaleira uma pessoa é. No entanto, a habilidade e a atenção dispensada aos seus hóspedes na tentativa de proporcionar prazer e felicidade a esses vão caracterizar o bom hospedeiro. Dessa forma, deduz-se que o domínio de ambas atitudes seja a prática da hospitalidade. Em suma,

Diz-se que um indivíduo que se comporta regularmente com hospitalidade é hospitaleiro; ele também será um bom hospedeiro, até o ponto em que a qualidade da atenção estiver envolvida, mas pode lhe faltar a habilidade que o tornaria irrestritamente um bom hospedeiro (TELFER, 2004, p. 57).

Para Telfer, o comportamento considerado genuinamente hospitaleiro deve possuir um motivo “apropriado”. Conseqüentemente, a autora se debruça sobre os três motivos que caracterizam a hospitalidade privada: (1) os motivos que abrangem o espírito da hospitalidade e seu dever; (2) os motivos recíprocos; e (3) os motivos não recíprocos. Segundo Telfer, os motivos relacionados ao espírito da hospitalidade e ao dever envolvem as seguintes condições:

[1] A consideração pelo outro, incluindo o desejo de agradar a terceiros, proveniente da amizade e da benevolência por todos ou da afeição por certas pessoas; [2] A preocupação ou compaixão, isto é, o desejo de satisfazer a necessidade dos outros; e [3] A obediência ao que se consideram deveres da hospitalidade, como o dever habitual de ser hospitaleiro, de acolher o amigo de alguém ou de ajudar os que estão em dificuldade (TELFER, 2004, p. 59).

Para a autora, os dois primeiros tipos de motivos abarcam o espírito da hospitalidade, em que alguém que acolhe por uma dessas razões possa ser considerado hospitaleiro. Todavia, o último motivo remete à ideia de obrigação, cujo caráter ocasiona um desacordo com a noção de cordialidade contida na qualidade da hospitalidade. Entretanto, Telfer conclui que se uma pessoa age por generosidade em consonância com o espírito da hospitalidade, será essa pessoa hospitaleira, conforme no exemplo elaborado pela autora:

Admita-se que eu esteja cansada, mas, por um sentido de dever, convide novos vizinhos para jantar. Se depois que eles chegarem, eu assumir o espírito da ocasião e desejar agradá-los, certamente estarei sendo hospitaleira. Mas, se eu continuar irritada, apenas estarei cumprindo um dever (contudo, se os vizinhos não forem capazes de perceber a diferença, talvez eu esteja fazendo a coisa certa!) (TELFER, 2004, p. 59 – 60).

Muitas das percepções que envolvem os atores da hospitalidade estão baseadas em subjetividades, como também a interpretação das ações desempenhadas por anfitriões e hóspedes quando em interação (ou não). A falha ou o acerto quanto às atitudes de cortesia e gentileza, ou mesmo seus antagonismos, são assimilados con-

forme os modelos que cada ator tem como parâmetro. Por isso, parecer irritado enquanto acolhe uma pessoa, mesmo que essa não perceba, pode não ser uma falha em conformidade com o cenário hipotético dado pela autora.

Telfer concebe que alguns motivos relacionados à reciprocidade são caracterizados por motivos que não necessariamente envolvem inteiramente a “consideração pelo outro”, conforme os motivos do grupo anterior, assim como não envolvem totalmente a autoconsideração. Como exemplo, Telfer cita que “[...] *a pessoa que acolhe para ter companhia ou fazer amizades está, ao mesmo tempo, proporcionando companhia ou amizade aos hóspedes*” (TELFER, 2004, p. 60). Um outro exemplo dado por Telfer consiste em

[...] hospedeiros que [...] acolhem por que gostam de receber usualmente trarão satisfação aos seus hóspedes, assim como satisfazem a si mesmos, e uma fonte de satisfação do anfitrião será em geral a satisfação dos seus hóspedes (TELFER, 2004, p. 60).

Para a autora, esse tipo de hospedeiro acolhe na esperança de que a hospitalidade seja retribuída, sendo que

Isso não destrói o hospitaleiro, isto é, a natureza e a consideração pelo outro de tal acolhimento, pois ambas as partes tem uma espécie de acordo tácito pelo qual estão conjuntamente fazendo alguma coisa em benefício mútuo (TELFER, 2004, p. 60).

O último grupo de motivos relativos à hospitalidade privada são os não recíprocos, os quais emergem de uma vontade de beneficiar o hospedeiro ao invés dos hóspedes, cuja motivação do hospedeiro é o interesse próprio, não considerado o bem-estar do hóspede. Tais motivos estariam em desacordo com a noção da dádiva mausiana. Telfer ressalta que a vontade de exhibir algo por vaidade é um dos motivos não recíprocos. A autora exemplifica que

[...] uma anfitriã pode servir um determinado prato por vaidade – isto é, serve-o porque quer impressionar seus convidados e não porque acha que eles irão apreciá-los -, mas, por outro lado, pode estar muito influenciada pelo desejo em agradá-los (TELFER, 2004, p. 61).

Caso agradar seja a motivação principal de um anfitrião, mais hospitaleira será sua ação. Todavia, quanto maior for a sua vontade a satisfazer um capricho próprio, relegando as necessidades dos seus hóspedes, menos hospitaleiro ele será.

Telfer levanta a seguinte questão quanto à hospitalidade comercial e sua contradição, pois seu local não é um lar, ela não é dada, e tampouco se escolhem os convidados. De fato, para os meios de hospedagem clássicos (como os hotéis, por exemplo) isso se encaixa de uma forma extremamente verdadeira. Entretanto, pode se levar em consideração que é simplista o contraste entre hospitalidade privada verdadeira e imitação comercial falsa. Telfer (2004, p. 55) revela que “[...] *é bem possível que o hospedeiro privado seja movido apenas por interesse próprio, enquanto o comercial seja motivado por preocupação com o bem-estar de seus hóspedes.*” Dessa forma, é preciso balizar as motivações que levam os atores sociais à prática da hospitalidade, cujas ações podem ser tomadas das mais variadas intenções.

Para a autora, na esfera privada, os motivos concernentes à hospitalidade são aqueles em que

[...] a preocupação pela satisfação e pelo bem-estar dos hóspedes [...] é predominante, ou quando hospedeiros e hóspedes trocam livremente hospitalidade para prazer e benefício mútuo. E as pessoas hospitaleiras, aquelas que possuem a característica da ‘hospitalidade’, são as que muitas vezes acolhem por um ou mais desses motivos, ou por uma mistura de motivos, em que um deles seja predominante (TELFER, 2004, p. 62).

Assim, Telfer diz que seu caráter (generoso, imbuído de espírito público, compassivo ou afetuoso, sendo ou não verdadeiramente hospitaleira) é um condicionador que pode tornar uma pessoa útil no intuito de realizar uma atividade que proporcione bem-estar a outrem. No espaço rural, a hospitalidade é o conteúdo principal que motiva pessoas a conceder bem estar tanto aos próximos quanto aos desconhecidos. É esse caráter que definirá quem serão as pessoas que se dedicarão a concessão gratuita ou como atividade remunerada.

### **Evidências empíricas junto às famílias rurais de Carmo (RJ)**

Destarte, ater-se-á ao domínio privado da hospitalidade, o qual também se chama hospitalidade doméstica. Essa modalidade tem como palco o lar que no caso em questão são as casas existentes nas propriedades rurais do município de Carmo. Tal município teve seu surgimento atrelado às questões religiosas, onde um grupo de fazendeiros doara parte das terras para a construção de um templo católico em homenagem a Nossa Senhora do Carmo no ano de 1842. A emancipação de Cantagalo ocorrera em 1881, vindo o Carmo a se tornar município em 1889 (PELLOSO, 1977).

O passado agrário de Carmo está associado ao desenvolvimento da cafeicultura no Brasil, ainda no início do século XIX. Como resultado, Carmo experimentou a miscigenação cultural proveniente do modelo agrícola baseado no latifúndio (elite branca e força de trabalho negra escravizada), seguido da imigração e o parcelamento das terras por herança. Na atualidade, as pecuárias de corte e de leite despontam

a importância do setor primário no município, somado ao desenvolvimento da agroindústria, sobretudo à ligada ao processamento do leite.

Para a realidade fluminense, onde mais de 96% da população vive na área urbana, Carmo aparece como um dos municípios de grande taxa relativa de residentes no espaço rural. Cerca de 4.000 pessoas habitam o espaço rural de Carmo, a representar mais de 22% da população residente no município (IBGE, 2012). Essas pessoas desempenham atividades diversas (agrícolas e não agrícolas) ou apenas usufruem do local (Figura 1) enquanto espaço de lazer e descanso (incluem aposentados e pensionistas).



**Figura 1:** Espaço rural carmense. **Foto:** Autor, 2012.  
**Figure 1:** Rural space carmense. **Photo:** Author, 2012.

Durante as pesquisas realizadas em Carmo, verificou-se a variedade de famílias que vivem em seu espaço rural. Através de seus relatos foi possível verificar ali a presença de descendentes das primeiras famílias que viram a constituição do município até os neorrurais, que são pessoas de origem urbana que voluntariamente deixaram a cidade para viver no campo (GIULIANI, 1990). Assim, pode-se constatar que o mosaico cultural carmense é composto pela pluralidade cultural característica da brasilidade. Além das três principais matrizes étnicas (africana, indígena e lusa), Carmo abriga os descendentes de suíços, italianos, alemães, japoneses e sírios. Pela análise das entrevistas realizadas infere-se que a hegemonia da etnia lusitana é marcante nas falas que remontam a trajetória das famílias rurais carmenses, com grande contribuição dos italianos e germânicos.

Muitas dessas famílias revelaram possuir algum parente (geralmente filhos e netos) vivendo fora do município, em grandes e médias cidades do Sudeste. São pessoas que decidiram dedicar sua vida em outras atividades que não fosse a agricultura,

em outros lugares onde as oportunidades de acesso à educação profissional e acadêmica fossem mais amplas, assim como o mercado de trabalho. Dos dados colhidos, pôs-se em evidência que muitos filhos das famílias rurais se deslocaram para centros urbanos sudestinos a fim de realizar seus estudos. Os municípios mais citados foram Rio de Janeiro, Niterói, Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis, no estado do Rio; Além Paraíba, Viçosa e Juiz de Fora, em Minas Gerais; e Campinas, no estado de São Paulo. Vale destacar que houve um número ínfimo de jovens carmenses que estão em outros países, sobretudo nos Estados Unidos da América e Inglaterra.

Esses dados são importantes, pois quando um jovem se dedica aos estudos em instituições de ensino profissionalizante e superior amplia suas redes de sociabilidade com pessoas até então desconhecidas nesses municípios citados. Os laços de amizade e afeição criados ali influenciam os hábitos de hospitalidade desvelados no espaço rural carmense. Durante as férias e recessos que ocorrem durante o ano letivo, muitos desses jovens retornam a casa de seus pais sendo corrente a companhia de amigos.

De maneira semelhante, quando esses jovens optam por prosseguir sua reprodução social longe de Carmo, torna-se habitual retornar ali para reforçar seus laços de parentesco. Muitos deles tornam-se profissionais que usufruem de garantias legais como o direito a férias remuneradas. Possuidores de automóveis podem acessar o Carmo para visitar seus parentes, mesmo quando em descanso semanal (sábados e domingos), além dos eventuais feriados, devido às distâncias reduzidas. Por conseguinte, todas as famílias entrevistadas já estiveram anfitriãs de seus familiares.

Na esfera macro, é possível analisar a relevância que a hospitalidade privada exerce no turismo nacional. A pesquisa "Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil – 2007" realizada conjuntamente pelo Ministério do Turismo e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) identificou que em 43 de cada 100 domicílios brasileiros, pelo menos um de seus residentes realizou ao menos uma viagem (corriqueira, doméstica, internacional) no ano da pesquisa. Do total de entrevistados, mais de 54% viajaram em momentos de lazer para visitar parentes e amigos, sendo que na classe de renda familiar que vai de 0 a 4 salários mínimos o índice quase alcança os 60%. Quanto aos meios de hospedagem utilizados durante essas viagens, mais de 56% dos entrevistados são acolhidos em casa de amigos ou parentes (BRASIL, 2009).

As visitas correntes aos familiares no espaço rural carmense acabam por ser uma forma de manutenção das relações familiares e de articulação de estruturas sociais (SELWYN, 2004), as quais também introduzem novas pessoas no círculo de relações de sociabilidade (os amigos dos descendentes das famílias que permanecem no espaço rural de Carmo). Vale ressaltar que tais visitas exercem a função de troca de informações, aquisição ou refuta de inovações, além de promover a prática da hospitalidade.

Os dados coletados demonstraram que muito dos carmenses que deixaram o espaço rural para se empregar em outras atividades estão majoritariamente em cida-

des fluminenses das regiões Serrana, Noroeste, Metropolitana, Médio Paraíba e dos Lagos, assim como na Zona da Mata mineira. Como o estado do Rio de Janeiro é em extensão territorial (cerca de 43.700 km<sup>2</sup>, segundo o IBGE) uma das menores unidades da federação (maior apenas que o Distrito Federal, Sergipe e Alagoas), torna-se possível deslocar-se pelas rodovias fluminenses em um curto espaço de tempo. A distância de Carmo para o Rio de Janeiro, por exemplo, é de apenas 190 km, os quais podem ser percorridos em cerca de 2 horas e 30 minutos.

Também foi possível detectar uma forte influência mineira na região. Apesar de o município de Carmo ter seu passado atrelado às levas de imigrantes, muitos mineiros que deixaram as regiões de extração mineral, as quais se encontravam exauridas por volta do século XIX, povoaram a região (MACHADO, 1999). Ainda hoje, diversas famílias rurais entrevistadas têm suas raízes do outro lado do Paraíba do Sul, sendo corrente a prática de visitas mútuas. As localidades mineiras mais citadas foram Além Paraíba, Leopoldina e Caratinga, todas elas acessadas pela BR 116. Tal realidade presta-se, inclusive, para constatar uma influência recíproca na constituição de uma identidade sudestina.

### **O acesso das famílias rurais ao turismo pela inversão de papéis na hospitalidade**

Até aqui foi relatada a perspectiva que trata da concessão da hospitalidade das famílias rurais carmenses às pessoas que são amigos de seus filhos que se fixaram (temporariamente) em outras cidades. O caráter da hospitalidade atribuído às famílias rurais, sustentado pela dádiva, acaba por estabelecer uma relação recíproca que culmina na retribuição da acolhida.

Sobre tal aspecto, é possível recorrer à teoria de Jafar Jafari cujo modelo analítico possui caráter holístico e faz alusão a um trampolim. Segundo Panosso Netto (2005), Jafari utiliza três elementos para compreender as viagens, sendo o turista (pessoa central da viagem); o estado de espírito do turista (*touristhood*) e o aparato turístico (estruturas que correspondem às necessidades dos turistas).

Para Panosso Netto (2005), a metáfora do trampolim apresenta seis etapas explicativas sobre o estado de espírito do turista (Figura 2). Para compreender como se sucedem as mudanças de etapas, o autor traz a seguinte explicação:

A etapa WA é a vida ordinária (comum), que cria a necessidade e o desejo de sair em viagem; a etapa AB é o processo de emancipação no qual está o ato de partida e o sentido de liberdade; a animação turística (BC) é a etapa em que se completa o ato do turismo, em que o turista é colocado no exterior de sua vida ordinária – é quando ele está em outro tempo e espaço que não o habitual; a etapa CD é o processo de repatriação, no que é inevitável o retorno da posição temporária de turista para constante realidade da base; a etapa DX é a volta ao lar do fluxo turístico, o qual incorpora a vida diária; a etapa AD é o ínterim da vida diária que continua apesar da ausência turística no meio ambiente sociofísico habitual (PANOSSO NETTO, 2005, p. 82 – 83).



**Figura 2:** Metáfora do trampolim.

**Fonte:** JAFARI (1995, *apud* PANOSSO NETTO, 2005, p. 82).

**Figure 2:** Metaphor springboard.

**Source:** JAFARI (1995, *apud* Panosso NETO, 2005, p. 82).

Ao elaborar essa analogia entre o trampolim e os estados de espírito dos turistas, Jafari contempla uma demanda que havia por parte dos estudiosos do turismo em retomar a humanização do campo científico, cujo enfoque estava somente voltado aos aspectos comerciais de serviços turísticos. Ao realizar o elo entre a teoria de Jafari com a hospitalidade se pode, por meio das etapas, identificar os pontos que proporcionam críticas reflexivas quanto ao panorama do acesso das famílias rurais ao turismo.

Muitos desses amigos, ou mesmo os próprios filhos, convidam seus anfitriões para usufruir da hospitalidade nos seus municípios de origem. Inúmeros relatos das famílias rurais carmenses revelaram que ao se hospedarem nessas casas de amigos e/ou dos filhos proporcionou o contato com outras realidades. A primeira vez que viu o mar, que estranhou o tráfego intenso, que ouviu outros sotaques, que experimentou outros sabores, notou variedades climáticas... São alguns relatos que evidenciam os benefícios contidos na prática do turismo pelas famílias rurais.

Apesar de essas famílias rurais carmenses não pagarem pelos “serviços de hospedagem” oferecidos pelos seus anfitriões, os quais foram outrora seus hóspedes, elas movimentaram toda uma conjuntura de empresas que servem direta e indiretamente ao turismo. Para se deslocar aos municípios que foram convidadas, as famílias rurais carmenses requisitaram serviços de abastecimento de combustível para seus automóveis. Quando não, adquiriram bilhetes de passagens rodoviárias para os quatro destinos que as empresas de transporte rodoviário operam para a cidade (Rio de Janeiro, Niterói, Teresópolis e Nova Friburgo) ou mesmo realizaram baldeação na cidade mineira de Além Paraíba (dista 12 km de Carmo), que nas margens da BR 116 (Rio – Bahia), possui uma maior variedade de destinos.

Essas famílias quando nos destinos, efetuam gastos nos empreendimentos de restauração, visitam os equipamentos de lazer e cultura, fazem compras... Mas o mais importante: convivem com os habitantes da localidade que visitam. Eles não ficam somente a mercê de um discurso moldado aos turistas, pois quando na casa de seus

anfitriões, as famílias rurais vão tomar ciência das realidades vividas no dia a dia desses, ter o contato com aqueles que “fazem” a cultura da localidade. É através desse contato que as famílias rurais carmenses se deparam com o diferente e se apropriam de uma identidade própria. Ao se defrontar com o outro, percebem-se enquanto indivíduos. Pela assimilação das diferenças, reconhece-se enquanto componente de um grupo humano específico, que no caso das famílias rurais carmenses, é reconhecer-se enquanto tais.

Mas onde se pretende chegar? Por que pensar turismo, lazer e hospitalidade para as famílias rurais?

### Para concluir

Ora, se Panosso Netto (2005) entende o fenômeno turístico enquanto a interação de seres humanos, conclui-se que isso abarca os cidadãos do espaço rural. O autor enfatiza que o turismo envolve

[...] seres que são turistas, seres que não são turistas, seres que podem “vir-a-ser” turistas e seres que já foram turistas; e sabemos que o ser torna-se turista pela experiência; o ser não é turista pela experiência; o ser considera-se turista pela experiência, e o ser deixa de ser turista pela experiência (PANOSSO NETTO, 2005, p.30).

Se essa experiência, a qual motiva milhares de brasileiros em (re)conhecer o espaço rural, isso rende uma reciprocidade que aflora o desejo em também conhecer o outro em seu espaço de origem. As famílias rurais carmenses têm tido acesso ao turismo pelo fato de conceder hospitalidade privada, sendo a sua consequente inversão de papéis o que as tornam hóspedes em outras localidades da Região Sudeste, sobretudo. Esse fenômeno proporciona para essas famílias a oportunidade de ser turistas e vivenciar uma série de experiências como conhecer outrem e a si mesmo. Desvelar essa prática turística que é acessada pelas famílias rurais carmenses possibilita vê-las como agentes que demandam viagens de lazer, as quais proporcionam conhecimento, alegria, prazer e felicidade. Afinal de contas, “*A gente não quer só comida / A gente quer comida / Diversão e arte / A gente não quer só comida / A gente quer saída / Para qualquer parte*” (FROMER, *et al.*, 1987).

### Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Org: Iracema Almeida Valverde, Carlos Sampaio, Dilene da Paz Gomes e Rosaine Martins da Veiga. 2ª Ed. atualizada até a EC nº 38, de 12/06/2002. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

BRASIL. **Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil – 2007**. São Paulo: FIPE, 2009.

CAMARGO, L.O.L. Os domínios da Hospitalidade. *In*: DENCKER, A.F.M.; BUENO, M.S. (Orgs). **Hospitalidade: Cenários e oportunidades**. São Paulo: Thomson, 2003.

DENCKER, A.F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2000.

FROMER, M; ANTUNES, A; BRITTO, S. Comida. *In*: TITÃS. **Jesus não tem dentes no país dos banguelas**. São Paulo: WEA, 1987.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: O novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 14, ano 5, out. 1990. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_14/rbcs14\\_05.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_05.htm). Acesso em: 17 mai. 2012.

GRINOVER, L. Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado. *In*: DIAS, C.M.M. (org.). **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. Barueri: Editora Manole, 2002.

IBGE. **Sinopse do censo demográfico de 2010 – Carmo**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 06 mai. 2012.

LASHLEY, C. Para um entendimento teórico. *In*: LASHLEY, C.; MORRISON, A. **Em busca da hospitalidade**. Barueri: Manole, 2004.

MACHADO, A.G. **Reminiscências de Carmo**. Além Paraíba: Casa Cruzeiro, 1999.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia no Turismo**. São Paulo: Editora Aleph, 2005.

PELLOSO, A. **Carmo: no ano do centenário da matriz**. Teresópolis: Gráfica Imperatriz, 1977.

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 23 (66), São Paulo, fev. 2008.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**. v. 13 (27). Porto Alegre. PPGS/UFRGS, mai/ago 2011.

SELWYN, T. Uma antropologia da hospitalidade. *In*: LASHLEY, C.; MORRISON, A. **Em busca da hospitalidade**. Barueri: Manole, 2004.

TELFER, E. A filosofia da “hospitalidade”. *In*: LASHLEY, C.; MORRISON, A. **Em busca da hospitalidade**. Barueri: Manole, 2004.

**Dan Gabriel D’Onofre:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Email: dan\_n\_3@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7927925298802020>.

**Marcelino de Souza:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Email: marcelino.souza@uol.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8636371353890200>

Data de submissão: 23 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 17 de Abril de 2013

Data do aceite: 17 de Abril de 2013

Avaliado anonimamente